

RELATÓRIO QUALITATIVO DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTADOS PROGRAMA PCNs em AÇÃO

Consultora: Gisela Wajskop

Período: abril e maio 2000

1. AMAZONAS

Segundo minha avaliação, precisaríamos investir em mais uma ida ao estado do Amazonas tendo em vista que o trabalho de formação está sendo liderado pela Universidade, cuja participação do Pró-Reitor é fundamental mas imprime uma marca muito particular.

Isto significa dizer que, ainda que já se tenha feito um primeiro encontro dos PCNs em Ação 1ª fase em Manaus (março), os grupos que foram organizados posteriormente são marcadamente de interesse do Pró-Reitor, cuja formação é em Educação Física. Após o primeiro encontro, o MEC enviou o formador Caio para desenvolver um trabalho com representantes de SEMED e SEDUC na área de educação física, que acabou resultando na constituição de um grupo de estudos. Este fato é positivo, porém, a ação do MEC se deu por uma contingência e não pela definição de prioridades colocadas pelas redes de ensino da região.

Neste estado não há Grupo Nacional.

Nesta perspectiva, minhas **sugestões** são:

➤ nova ida à Manaus, em agosto ou setembro, para apresentar os resultados do trabalho realizado e incorporar uma ampla discussão com Secretários envolvidos para levantamento de prioridades quanto aos segmentos mais necessários a serem trabalhados, incluindo o envolvimento da Universidade, já que ela esteve presente na pessoa do Pró-Reitor e da Diretora do Curso de Pedagogia

➤ evidenciar o papel articulador da Universidade, considerando a presença de elementos de Roraima no curso de educação física – conversei com o Pró-reitor no Seminário de articulação das IES em Brasília e ele revelou

demanda para nossa ida – acho que eles ainda estão bastante dependentes do MEC.

➤ Elaborar conjuntamente, com SEMED e SEDUC, uma agenda de encontros por área específica, incluindo Educação Infantil, EJA e Educação Indígena, de maneira a que a Universidade possa desenvolver trabalhos de formação continuada à exemplo do que ocorreu com a educação física

2. PARANÁ

A situação do Paraná é aquela que, dentre os estados sob a minha responsabilidade, está mais fora de controle porque:

- A grande demanda pela 1ª fase coincidiu com o fato de a equipe de Coordenação ter estado em São Paulo trabalhando na elaboração de materiais, assim como a necessidade de viagens pré-agendadas para acompanhamento do grupo Nacional. Isto que resultou na impossibilidade de ida regular de um só responsável pela implementação dos Pólos – eu, é claro!!! (Rosaura foi à Toledo, Célia foi à Irati, Sueli Furlan foi à Maringá e a partir deste mês é que Iracema começou a assumir a coordenação dos pólos deste estado)
- As demandas do estado do Paraná foram feitas à distância, isto é, por meio de fax enviados à SEF, o que implicava em outros tipos de contatos com secretários e coordenadores gerais, via telefone, fato que nem sempre é o mais aconselhável
- A inclusão gradativa da Iracema como REDE, cuja origem em outro estado dificulta o conhecimento mais apurado das realidades locais

Neste estado, o Grupo Nacional começou seu trabalho de assessoria em fevereiro de 2000, por meio de uma solicitação da escola de Aplicação da Universidade Estadual de Maringá, o que lhe auferiu um status diferenciado dos demais pólos.

Sugestão:

Uma ida minha para o Paraná, em agosto, para realização de um encontro com a maioria, se possível, de secretários já envolvidos no programa – 1ª fase - tendo em vista distâncias e proximidades, em um município central, de maneira a retomar os princípios e procedimentos do programa. Esta reunião visa avaliar o trabalho já realizado em parceria com o MEC e deflagrar uma discussão sobre a 2ª fase, inclusive contando-se com a presença da Universidade de Maringá – por meio de sua escola de Aplicação – e de outras Universidades de Santa Catarina e de Laranjeiras do Sul, já contatadas por Iracema.

3. SANTA CATARINA

O trabalho em Santa Catarina anda sozinho. Quero dizer com isso que há condições políticas, institucionais e técnicas para que a Iracema possa tocar a organização da 1ª a 2ª fase sozinho, contando com o apoio da Secretaria de Jaraguá do Sul, da UNDIME, do MEC e agora, das Universidades locais.

Os relatórios semanais são claros e apresentam a situação do estado: há demanda para 1ª fase em todos os segmentos, os secretários tem se envolvido com o programa, sob forte apoio da UNDIME.

O fato do grupo Nacional de Educação Infantil ter dado resultados positivos, inclusive podendo ser observados impactos em várias instituições no que se refere à organização espacial, relação professor/criança e organização da rotina foi uma variável que legitimou o trabalho de Iracema junto a outros municípios e junto às Universidades: já há um convênio firmado entre a FERG e 09 municípios para a formação de coordenadores de grupo em educação infantil e já se começa a pensar em fazer o mesmo para a educação fundamental. O trabalho com educação infantil terá início em meados de agosto.

Por outro lado, o próprio pólo do grupo nacional de Jaraguá do Sul resultou na formação do pólo de Concórdia, fato que forneceu modelo para o trabalho na região, que já começa a se organizar na estruturação de redes de solidariedade para o trabalho com os professores.

Minha **sugestão** é de que nesse estado, o MEC deveria centrar esforços na discussão sobre a 2ª fase, subsidiando o trabalho nas Universidades. Isto porquê, eu considero que com todo avanço, ainda há muitos equívocos no que se refere às concepções e suas transposições didáticas. Por exemplo, se nos mirarmos e Jaraguá do Sul ou em Joinville, veremos que as práticas mais consistentes e coerentes ainda são individualizadas, com pouca repercussão na rede. Temos uma vantagem, pois a Iracema é uma estudiosa com pé no chão, porém ainda tenho feito muitas discussões com ela no que se refere às questões de caráter mais teórico.

deveríamos participar das reuniões que estão sendo organizadas para a elaboração das pautas e conteúdos a serem trabalhados pelas

Universidades na 2ª fase, criando, por exemplo, uma prática de seminários internos regulares junto às equipes envolvidas no programa, disponibilizando especialistas do MEC ou de outras entidades que pudessem auxiliá-los a introduzir os PCNs e Referenciais em seus currículos de formação inicial.

4. SERGIPE

Sergipe é um estado complicado, fato que vem se revelando desde agosto de 1999, quando teve início o grupo Nacional em Aracaju. O interessante é que este grupo tem boa repercussão entre os municípios pequenos, porém é impedido de avançar por causa das rugas políticas freqüentes entre governo estadual e municipal. Isto sem contar questões relativas à própria organização da SEDUC que cria continuamente conflitos intra participantes e destes com o MEC.

A assessoria do MEC ao Grupo Nacional de Aracaju está quase no final – termina em outubro o último módulo – e minha avaliação é que este grupo avança quando o MEC está mais próximo do trabalho, ou seja, depende da ida constante da coordenação aos encontros. No que se refere à educação infantil há um agravante, pois o grupo é coordenado por uma equipe fora do departamento educacional – ligada a projetos extracurriculares. Este fato é positivo pois a equipe é muito burocratizada, mas este fato coloca mais um agravante ao problema.

Este quadro repetiu-se à época do PCN em Ação de EJA. Ainda que houvesse tido interesse por parte de vários municípios, a presença foi marcadamente política, de coordenadores, o que para a responsável pelo MEC traz problemas para a discussão, especialmente quando se refere à educação de jovens e adultos.

As questões políticas sobrepõem o trabalho técnico no estado e as ingerências do MEC na tentativa de ajudá-los tem surtido pouco efeito. Quando vamos a Aracaju conseguimos até certas boas intenções, mas o trabalho não decola. Tenho dúvidas que a presença de REDE melhoraria a situação. Correríamos o risco de termos alguém contaminado com o clima da região.

Não tenho sugestões.

5. RIO GRANDE DO NORTE

A presença da REDE e do programa no Rio Grande do Norte deflagrou um processo interessante de mobilização de Secretários em torno da educação pública, seja no ensino fundamental ou na educação infantil.

O trabalho com o Grupo Nacional teve início em agosto de 1999 e já há previsão de encerramento desta primeira etapa de assessoria do MEC para o mês de setembro próximo, com um evento oficial, no qual a COEDI estará presente. Este grupo organizou-se de maneira interessante, cujo modelo já tem servido de referência para a criação de outros grupos de trabalho em novos pólos que estão sendo criados no estado: Mossoró, Angicos, Natal. O grupo local trabalha com uma equipe de especialistas oriundos de diversas instituições: Universidades federal, SEMED, SESI, ONGs, Instituto Kenedy, etc. Ainda que não seja de maneira institucionalizada, sua organização sinalizou para possibilidades de trabalho com a formação de coordenadores de grupo que incidam sobre os conhecimentos do formador: saberes e competências associados à estratégias e a conteúdos específicos das diferentes áreas.

Outro resultado da presença da REDE é a assessoria que a equipe de especialistas do grupo Nacional local tem dado à SEMED de Natal no que se refere à continuidade e implementação da formação junto aos professores. Questões são levantadas em grupos de estudos regulares que incidem, na maioria das vezes sobre conteúdos e estratégias a serem implementadas na 2^{oa} fase. Ou seja, uma questão que está colocada para o sistema de ensino municipal é a contradição existente entre a formação de coordenadores e dos professores, pois não se está conseguindo envolver as escolas no programa, ainda que se invista bastante na formação de elementos das equipes centrais.

Outro resultado do trabalho no Grupo Nacional foi a mobilização de secretários de educação com relação à educação infantil. Foram organizadas algumas sessões na Câmara Municipal de Natal focando a educação infantil, assim como o MEC participou de algumas reuniões com Secretários de Educação. Considerando que este é um estado cujo atendimento à infância tem uma tradição fundamentalmente assistencial e dependente de ONGs de origem estrangeira, a

presença do MEC por meio dos PCNs em Ação tiveram um impacto no debate e no atendimento educativo das crianças. No município de Natal, o atendimento público, se não resolvido, passou ao menos a ser debatido.

Com relação ao papel da REDE, parece-me que tem sido fundamental, considerando que a Cristina Leandro tem articulado reuniões com secretários de educação, antecipando as Plenárias da 1ª fase. Tendo em vista a marca coronelista do estado, sua ação tem criado impacto na discussão sobre a obrigação do estado quanto à educação pública na região. Nesse sentido, vários grupos dos vários segmentos estão se organizando. Em julho, irei à Mossoró para inaugurarmos um pólo com todos os segmentos, respondendo à demanda local.

Sugestões:

Considero que será necessário, porém, uma conversa particular com Cristina, talvez entre ela, eu e o Walter para esclarecermos seu papel como representante do MEC na região. Em seu último relatório ela revelou estar preocupada com esta identificação, sugerindo que isto possa atrapalhar sua relação com os diversos parceiros.

O que ocorre no estado e que o programa revelou foi o fato de que há várias iniciativas que se desenvolvem, porém dispersas e na maioria das vezes sob a responsabilidade de ONGs financiadas pelos recursos públicos – na única vez em que estive em Natal para acompanhar o programa pude constatar este fato. Há várias ONGs que trabalham com formação no estado, apoiadas pelo SESI e/ou pela SEMED. Sinto, pois é mera sensação que venho construindo ao longo da implementação do programa, que a marca assistencial ainda predomina, assim como uma certa confusão entre políticas públicas e ação privada. Sugiro, portanto, que neste estado façamos **um investimento na institucionalização do programa**, fortalecendo grupos de especialistas que estejam articulados pela e na Universidade (como foi sugerido na reunião com as IES em Brasília). Neste sentido, sugiro que o Walter esteja para a abertura do pólo de Mossoró e que em nossas ações com secretários e nas Plenárias que façamos, insistamos neste aspecto.